



**12º Congresso de Pesquisa**

**PROTEÇÃO SOCIAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PIRACICABA: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS.**

**Autor(es)**

---

TELMA REGINA DE PAULA SOUZA

**Resumo Simplificado**

---

Desde a abertura do processo democrático brasileiro, o Estado e a sociedade civil têm debatido os direitos humanos como condição para a garantia de justiça social; entre os direitos defendidos estão os relacionados à garantia do pleno desenvolvimento humano de crianças e adolescentes, especialmente aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade e risco sociais. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é um marco histórico legal e referência imperativa para a definição e execução de políticas sociais públicas. Além de compreender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e em condições peculiares de desenvolvimento, o ECA define as linhas de ação da política de atendimento a esses sujeitos, conforme seu art. 97. A família, a sociedade e o Estado, são responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais e mecanismos de proteção foram criados diante da violação desses direitos. As entidades de atendimento (governamentais e não governamentais), preconizadas no ECA (art. 90), devem atuar no último caso e devem ser constantemente monitoradas e avaliadas no cumprimento desse papel (controle social). A pesquisa realizada, nesse sentido, teve esse propósito. Os objetivos foram: I - Identificar os projetos/programas para o atendimento de proteção social e socioeducativos realizados em Piracicaba e descrever suas características e II – Analisar esses Projetos com base nos parâmetros institucionais-normativos dirigidos aos direitos da criança e do adolescente e da Política Nacional de Assistência Social. Por meio de pesquisa documental, o primeiro objetivo foi realizado com a coleta e sistematização de informações sobre essas entidades disponíveis nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e da Assistência Social (CMAS). A sistematização produzida foi certificada e, em alguns casos, atualizadas pelas entidades estudadas. O segundo objetivo foi trabalhado a partir da construção de parâmetros analíticos abstraídos dos principais textos normativos em relação à política de assistência social dirigida à população infantojuvenil. Como parâmetros, consideramos princípios ontológicos, metodológicos, axiológicos e ideológicos definidos segundo critérios históricos, políticos e socioeconômicos. Na perspectiva histórica, os textos normativos contemplam os direitos humanos como referência de justiça social; na perspectiva política, a democracia é a condição para a garantia desses direitos e a perspectiva socioeconômica é o grande desafio a ser enfrentado, considerando-se o caráter excludente da economia neoliberal. As políticas sociais públicas, nesse enquadre analítico, são meramente redistributivas. Pudemos identificar algumas contradições de nosso Estado democrático de direitos, que permitiu a construção do arcabouço teórico-ideológico das políticas sociais públicas, orientadas em valores humanos elevados na dimensão de uma ética da responsabilidade, mas que não se expressam plenamente nas 34 entidades de atendimento consideradas nesse estudo. Entendemos que o como são buscados os direitos (metodologia) limita a consubstanciação ontológica e axiológica, revelando uma ideologia que prima pela manutenção da ordem social, responsável primeira pela violação dos direitos da criança e do adolescente.